

## NAS RUAS

Contra retrocessos, movimentos sociais aumentam engajamento **Pág. 07**

## OPINIÃO

O papel do Sismuc e dos servidores na disputa da agenda política local e nacional **Pág. 02**

Divulgação TCE



## TRIBUNAL DE CONTAS

Regimes previdenciários municipais entram na malha fina do TCE **Pág. 03**

# Jornal do

# SISMAUC



NÓS FAZEMOS A LUTA

**SISMUC**  
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 125 | MAI 2016

www.sismuc.org.br |  | 

Filiado a:

 **fessmuc**  **CONFETAM**  **CUT**

## Vamos discutir as eleições municipais

*Confetam e Diap lançam plataforma de debate para municipais e para candidatos. Objetivo é tornar a pauta do serviço público prioridade na agenda política* **Pág. 04**



Manoel Ramires



**GUARDAS MUNICIPAIS.** Após vencer ações na justiça em novembro de 2011 e novembro de 2012, Sismuc convoca guardas para trazer documentação até fim de maio **Pág. 03**

## EXPEDIENTE



### Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar  
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR  
Telefone/fax: (41) 3322-2475  
Email: imprensa@sismuc.org.br  
Site: www.sismuc.org.br

**Jornalista Responsável:** Manoel Ramires (DRT 4673)  
**Jornalistas:** Pedro Carrano (MTb 5064) e Phil Batiuk (MTb 10530)  
**Diagramação, charges e ilustrações:** Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)  
**Revisão:** Soraya Zgoda  
**Impressão:** Gráfica Mansão  
**Tiragem:** 12 mil exemplares

### DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

**Coordenação Geral:** Irene Rodrigues dos Santos  
**Coordenação de Administração:** Giuliano Marcelo Gomes  
**Coordenação de Finanças:** Rosimeire Aparecida Barbieri  
**Coordenação de Estrutura:** Jonathan Faria Ramos  
**Coordenação de Comunicação e Informática:** Soraya Cristina Zgoda  
**Coordenação de Assuntos Jurídicos:** Adriana Claudia Kalckmam  
**Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos:** Juliano Rodrigo Marques Soares  
**Coordenação de Políticas Sindicais:** Liliane Rute Cotinho  
**Coordenação de Organização por Local de Trabalho:** Cathia Regina Pinto de Almeida  
**Coordenação de Juventude:** Juliana de Fátima Mildemberg de Lara  
**Coordenação de Saúde do Trabalhador:** Antônia Ferreira  
**Coordenação de Aposentados:** Natel Cardoso dos Santos  
**Coordenação de Mulheres:** Maria Aparecida Martins Santos  
**Coordenação de Raça:** Dermeval Ferreira da Silva  
**Coordenação de Movimentos Sociais:** Casturina da Silva Berquo

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc: [imprensa@sismuc.org.br](mailto:imprensa@sismuc.org.br)



# O Sismuc e o cenário político nacional

O dia 29 de Abril foi um ataque contra todos os servidores, não apenas os estaduais. O massacre do Centro Cívico, orquestrado pelo governador Beto Richa (PSDB) e pelo secretário de segurança à época, Fernando Francischini (partido Solidariedade), também diz respeito aos municipais - não só porque o festival de bombas, balas de borracha e gás lacrimogêneo afetou as crianças do cmei Centro Cívico.

Na realidade, a tentativa de Richa de mudar o Fundo de Previdência dos servidores é uma tendência no Brasil e no mundo e que exigirá resistência dos trabalhadores. Com a crise mundial impactando a economia brasileira, a tendência de governos é cortar direitos dos trabalhadores. Recorrer ao fundo de previdência é uma sinalização que inclusive o prefeito Gustavo Fruet faz constantemente, em vista de o IPMC hoje estar com saldo positivo. Mas os sindicatos municipais, de forma unitária, têm dito não a todas as tentativas.

O mais brutal mesmo da experiência do dia 29 de Abril é que, no Brasil, sempre que as elites tentam aplicar o ajuste, elas podem lançar o expediente da violência para isso e fechar qualquer canal de diálogo com os trabalhadores. Basta notar como a composição da Câmara Municipal, Assembleia Legislativa estadual e Congresso Nacional tem muito pouca representação de trabalhadores e servidores. Os parlamentares no país respondem ao financiamento empresarial de campanha. E, infelizmente, desprezam a voz do povo.

No plano nacional, a proposta de impeachment vem seguida de uma sinalização do vice-presidente, Michel Temer (PMDB) de que vai aplicar uma reforma da Previdência, seguida de mudanças na legislação trabalhista, que é a exigência do empresariado nacional e internacional.

Acabou-se, na realidade, o pacto no qual os trabalhadores e empresários ganhavam. Os segundos mais do que os primeiros. A ordem agora é retirar direitos trabalhistas.

A posição da direção do Sismuc neste período é organizar os servidores municipais pelos seus direitos, independente dos partidos à frente da gestão. Porém, dizer isso ainda é pouco. É função do sindicato também se posicionar diante dos fatos, apontando para os trabalhadores quais são os cenários mais favoráveis para a luta sindical.

Ao contrário de entidades que ficaram envergonhadas, nós não vacilamos em apontar a luta pela democracia, contra o golpe parlamentar, entendendo que a dupla Temer/Cunha, a rede Globo, os setores mais conservadores do Judiciário e da sociedade brasileira preparam um golpe

não só para tirar a presidente Dilma Rousseff, mas para aplicar um programa de ajustes e cortes trabalhistas de interesse apenas do empresariado.

Basta ler o documento chamado "Uma Ponte para o Futuro", assinado por Temer, ainda de 2015, para sa-

ber que os compromissos de um governo golpista são: a quebra do eixo do funcionalismo público, o congelamento dos aumentos anuais do salário mínimo, a desvinculação de investimentos obrigatórios nos estados para Saúde e Educação. Depois do triste espetáculo dia 17 de abril, quando da votação da admissão do impeachment pela Câmara dos Deputados, o povo brasileiro conheceu a verdadeira cara do Congresso e pôde perceber que não há projetos de nação por trás do golpe.

Seja qual for o desdobramento da atual crise política, estaremos comprometidos a lutar sempre, a organizar e a buscar coletivamente apontar a leitura do cenário mais precisa, sem palavras vazias ou confortáveis, mas revelando o que está por vir e a melhor posição para os trabalhadores defenderem seu projeto. ▲

**“ É função do sindicato também se posicionar diante dos fatos, apontando para os trabalhadores quais são os cenários mais favoráveis ”**

## SERVELINO, o servidor



**PAPELADA.** Trabalhadores devem trazer documentação até o fim de maio para que o Sismuc calcule valores a serem recebidos

# Sismuc vai executar ações para guardas municipais

Por Manoel Ramires

**O**s guardas municipais, em assembleia, decidiram executar as duas ações ganhas pelo Sismuc sobre descontos indevidos feitos ao Instituto de Previdência Municipal de Curitiba. O sindicato entrou com as ações em novembro de 2011 e novembro de 2012. Em ambas as ações não cabem recurso. Pelo menos 815 trabalhadores têm esse direito. As ações chegam a R\$ 3 milhões em sua totalidade. Por outro lado, a execução será feita de forma individualizada. Os servidores devem trazer documentação até o fim de maio.

Durante a assembleia, o departamento jurídico do Sismuc explicou que a justiça, ao dar ganho de causa ao sindicato, determinou que os valores sejam pagos apenas para os guardas municipais que estavam filiados ao Sismuc no momento que se entrou com ação. A primeira ação foi protocolada em novembro de 2011. A segunda ação é de dezembro de 2012. Além de devolução dos recursos cobrados indevidamente, a Prefeitura de Curitiba foi obrigada a cessar os descontos.

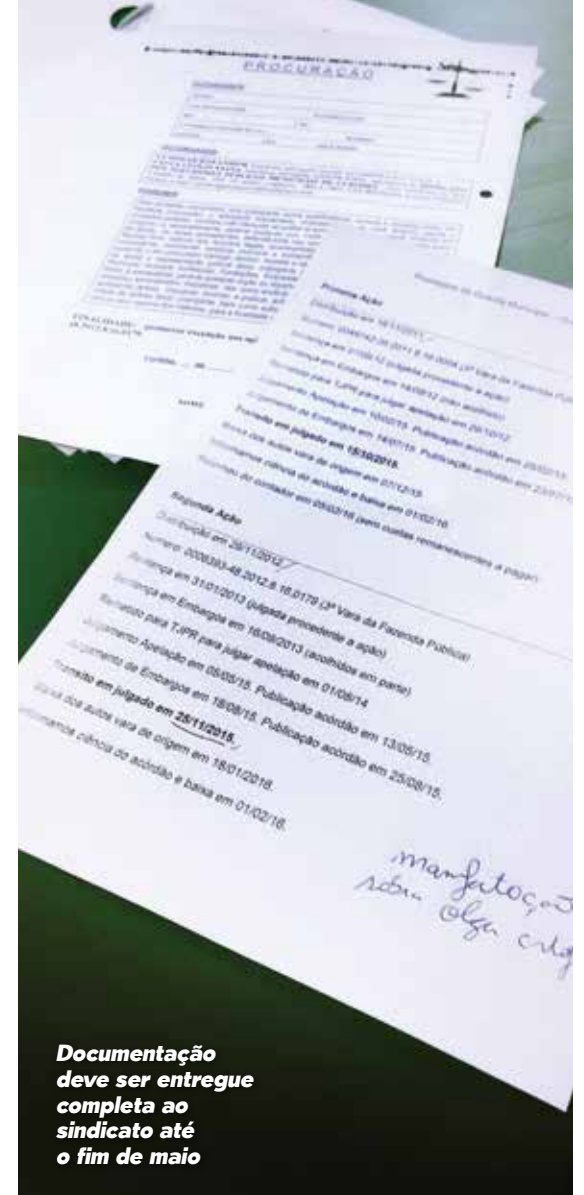
Devem ser beneficiados por essas ações até 815 guardas que entraram com o pedido na época. Segundo estimativa do sindicato, a gestão deve restituir até R\$ 3 milhões no total. Por outro lado, o valor a ser recebido será calculado individualmente. Por isso é necessário que o servidor traga documentação ao sindicato (veja lista ao lado), principalmente último contracheque e ficha financeira, que deve ser obtida na secretaria de recursos humanos.

**LEGALIDADE.** De acordo com a justiça, os valo-

## DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- ▶ Procuração preenchida e assinada (disponível no site ou na sede do Sismuc)
- ▶ Comprovante de endereço (conta de luz, água ou telefone)
- ▶ Último contracheque da Prefeitura de Curitiba
- ▶ Ficha financeira de novembro de 2006 a novembro de 2011 (solicitar no RH da Prefeitura de Curitiba)
- ▶ Assinatura do termo de ciência dos honorários (10%)
- ▶ Não serão aceitos documentos isolados.
- ▶ A execução dos valores depende de cálculos individualizados.
- ▶ Só serão contemplados os guardas municipais sindicalizados ao Sismuc no período de entrada das ações: novembro de 2011 (para primeira ação) e novembro de 2012 (para segunda ação).

res a serem devolvidos estão dentro dos meses de novembro de 2006 a novembro de 2011. Após o servidor entregar a documentação, o Sismuc faz cálculo e encaminha para a justiça para que a Prefeitura conteste - ou não - o valor. O prazo



disso é 30 dias. Após isso é que é executado e o servidor recebe o dinheiro. Ainda de acordo com a justiça, 10% do valor a ser recebido ficam com a banca de advogados, de acordo com Estatuto da OAB. ▲

**TCE.** Tribunal analisa regimes previdenciários de onze prefeituras

# Tribunal também analisa despesas com educação, saúde, pessoal, governança e aplicação de recursos financiados

Divulgação TCE



## Imprensa TCE

**E**m 2016, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) está dedicando atenção especial aos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos municípios paranaenses. Desde março, servidores da Casa trabalham em duas frentes nesses entes da administração municipal.

Os regimes previdenciários de oito municípios são alvo do Plano Anual de Fiscalização (PAF) deste ano. Junto com a folha de pagamento de outros 16 municípios, os dois temas integram a área Despesa com Pessoal do PAF 2016. As outras áreas prioritárias das auditorias são saúde, educação,

tecnologia da informação e financiamentos de organismos internacionais de crédito.

**PAF 2016.** O PAF 2016 vai fiscalizar cinco áreas prioritárias da administração municipal: saúde (análise dos repasses de dinheiro público a hospitais privados no atendimento de média e alta complexidade); educação (universalização do acesso à pré-escola para crianças a partir de quatro anos); despesa com pessoal (folha de pagamento e regimes próprios de previdência social); estrutura e governança dos sistemas de TI; e financiamentos repassados por organismos internacionais de crédito a municípios paranaenses. ▲

**NO VOTO.** Publicação é uma contribuição para eleitores e candidatos às eleições de 2016

# Diap lança este mês cartilha sobre eleições municipais

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Sismuc deve ampliar o debate com os trabalhadores sobre quais são as prioridades no serviço público

**Antônio Augusto de Queiroz (DIAP)**

Dentro da série “Educação Política”, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) acaba de concluir uma nova cartilha, que será lançada em maio de 2016, sob o título

“Eleições Municipais de 2016: orientação a candidatos e eleitores”, como uma contribuição ao resgate da participação cívica no processo eleitoral.

A cartilha faz parte da estratégia da entidade de valorização do voto consciente, da luta pela equidade nas disputas eleitorais e da defesa

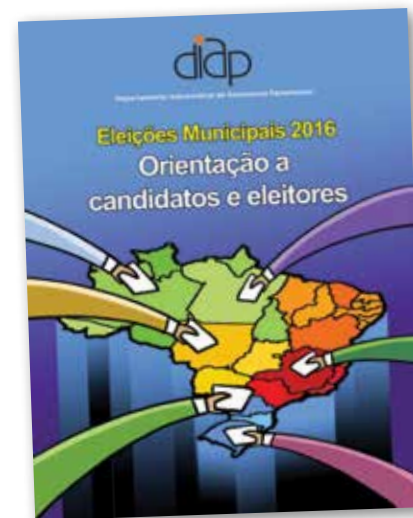
da ética na política e da transparência no exercício de funções públicas, que são pressupostos indispensáveis ao processo democrático.

As eleições cumprem uma função fundamental na democracia e na consolidação do sistema republicano, cuja base é a alternância no poder e a prestação de contas pelos eleitos. A legitimação pelo mandato popular exige responsabilidade e compromisso com programas, ideais e causas.

O cidadão-eleitor é o titular do poder e quando escolhe um candidato para representá-lo, seja no Parlamento ou no Executivo, sempre o faz por prazo certo, com base em um programa e com a exigência de prestação de contas.

**CARTILHA** aponta etapas pra o ingresso na vida pública

## Candidatos não podem tudo



O candidato, por sua vez, também precisa saber o que pode e o que não pode fazer no curso da campanha e também no exercício do mandato, sob pena de tornar-se inelegível e por desinformação ou má-fé fazer propaganda enganosa, prometendo algo que não está ao alcance ou sob a responsabilidade do cargo que ocupa.

A publicação, portanto, tem o objetivo de proporcionar uma visão global das etapas da campanha, envolvendo desde a importância do eleitor como titular do poder, as motivações para o ingresso dos candidatos na vida pública, a leitura crítica dos veículos de comunicação, passando pelas formas de financiamento de campanha, a formação de divulgação e prestação de contas até a legislação eleitoral com regras de propaganda eleitoral e suas vedações legais, além do calendário com os principais eventos do processo eleitoral.

A cartilha segue o mesmo padrão e estrutura de outras três publicações sobre eleições de nossa autoria, sempre com atualização das dicas e legislação eleitoral: “Manual do candidato”, editado em 2008 por encomenda da ANABB - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, “Eleições Gerais de 2010: orientação a candidatos e eleitores” e “Eleições Gerais de 2014: orientação a candidatos eleitores”. ▲

**“ Cartilha lançada neste mês unifica propostas e temas de interesse da classe trabalhadora para as eleições municipais ”**

### BONS GESTORES PRECISAM SER BEM ESCOLHIDOS

► No caso do pleito municipal, os candidatos e eleitores tem uma grande responsabilidade porque os cidadãos vivem nos municípios e o zelo na aplicação dos recursos públicos e a qualidade dos serviços públicos, como transporte, educação, lazer, saúde, assistência social, entre outros, depende de bons gestores que, por sua vez, dependem de boas escolhas.

Assim, para que não seja enganado por candidatos populistas, é fundamental que o eleitor conheça as nuances das campanhas, as promessas dos candidatos, suas motivações, se abusa de poder econômico e se o que promete está entre as atribuições do cargo que disputa, enfim, o perfil dos candidatos, sua trajetória de vida e seu programa ou plataforma de campanha. ▲

**VEJA MAIS ►►**

Acesse a página do DIAP e acompanhe lançamento da cartilha <http://migre.me/tGxOV>



**PL DO SACRIFÍCIO.** Medida traz congelamento de salários de servidores públicos, aumento da precarização e da terceirização

# PLP 257/16 pode devastar serviço público

Com informações de Augusto Castro/Agência Senado e de Bertha Maakaroun/Estado de Minas

**A**s contrapartidas exigidas para o alongamento das dívidas dos estados com a União, como prevê o Projeto de Lei Complementar PLP 257/2016, do Poder Executivo, penalizará os servidores públicos, advertem os debatedores convidados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal.

Os mais de 20 debatedores, em sua maioria representantes de federações, centrais e confederações sindicais, disseram que o PLP 257/2016, acarretará congelamento de salários de servidores públicos, aumento da precarização e da terceirização dos serviços públicos, elevação das alíquotas previdenciárias, privatizações, enfraquecimento de programas sociais, suspensão de concursos públicos, venda de bens públicos e diminuição dos serviços públicos ofertados à população. Esse projeto está pronto para votação na Câmara dos Deputados.

Também foi unânime, por outro lado, o apoio dos participantes ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 561/2015 - Complementar, uma proposta que pode substituir o PLP 257/2016, e segundo eles dar uma saída para as dívidas dos estados sem prejudicar trabalhadores e o país. Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, o PLS 561 estabelece novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos estados e municípios. A proposta é inspirada em projeto anterior apresentado pelo então senador Francisco Dornelles, atual vice-governador do estado do Rio de Janeiro. Paim garantiu empenho contra o PLP 257 e a favor do PLS 561. O senador chegou a chamar o PLP 257 de "projecinho vagabundo".

**AUDITORIA CIDADÃ.** A coordenadora nacional da associação civil Auditoria Cidadã da Dívida, Maria



Em comissão no Senado, sindicatos apontaram os retrocessos do PLP do Sacrifício, obrigando governo a recuar

Lúcia Fattorelli, afirmou que as bilionárias dívidas dos estados "não resistiriam a uma simples auditoria e seriam canceladas". Para ela, o PLP 257 vai "arrebentar com a estrutura dos estados e com os servidores públicos". Ela disse que o projeto vai transformar a União em "seguradora internacional para investidores" e garantir "remuneração da sobra de caixa de bancos".

"Essa dívida é um esquema e ela tem que ser auditada. A política monetária está travando o país. Exigimos a auditoria da dívida", afirmou Maria Lúcia. O representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, afirmou que uma lei oriunda do PLP 257 seria uma

"lei do juízo final, um suicídio coletivo da nação brasileira".

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, 55%, ou seja, R\$ 61,92 bilhões do montante inicial, correspondem ao passivo de bancos privatizados incorporados às dívidas estaduais. "As instituições financeiras assumiram as carteiras de clientes, dinheiro em caixa, créditos a receber, os edifícios, enfim todos os bônus dos bancos estaduais. Mas coube aos estados o ônus: foram obrigados a incorporar o passivo desses bancos no refinanciamento de suas dívidas", afirma Maria Lúcia.

A incorporação dos passivos de bancos privatizados não foi o único problema já identificado pela Auditoria Cidadã da Dívida na raiz do endividamento de estados. "Os títulos dos tesouros estaduais foram lançados no mercado ao longo das décadas de 70, 80 e início de 90 com deságio porque tinham baixa credibilidade. Apesar disso, foram assumidos pela União, por ocasião do refinanciamento, pelo valor de face", afirma. "Se a União tivesse arrematado esses títulos no mercado, o teria feito com valores muito baixos, possibilitando o seu refinanciamento sem a cobrança de juros dos estados", conclui Fattorelli. Mas longe disso, à época, o governo federal entregou aos credores títulos da dívida federal e recebeu as dívidas. ▲

## GOVERNO RECUA E FAZ ACORDO SOBRE PL DO SACRIFÍCIO

Com informações da CUT

▶ De acordo com as tratativas firmadas com o governo, o PLC 257 será desmembrado e serão retiradas as condicionantes que atacam diretamente os servidores públicos. "Nas últimas semanas, a CUT vem se dedicando a essa negociação e o desfecho representa uma vitória dos trabalhadores", afirmou Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT.

O projeto legisla sobre a renegociação da dívida dos estados e estabelece contrapartidas como congelamento salarial, corte de até 30% em benefícios pagos, restrição a novas contratações, além do aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores. A proposta é criticada pela CUT desde que passou a tramitar. ▲



**LEI 11.000.** Debate tem objetivo de estabelecer quais mudanças os municipais querem para melhor a carreira na Prefeitura

**7 de maio | 14:00**

**Sismuc | 2º andar**

**Certificado 4 horas**

## Seminário do Planão

Por Phil Batiuk

Desde 2014, a Prefeitura de Curitiba entrou em silêncio a respeito do Planão, o plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) dos servidores. A lei que rege a vida funcional dos trabalhadores do município é de 2004. Naquele ano, o Sismuc apresentou 42 emendas para adequar a lei às necessidades dos servidores. Entretanto, nenhuma delas foi aprovada.

Passados 12 anos, a maioria dos municipais ainda se enquadra na Lei 11.000. Agora, com a chegada das eleições, o prefeito quer emplacar um novo plano sem debater com os funcionários. Por isso, o Sismuc realiza o Seminário do Planão. ▲

### O SEMINÁRIO É DIVIDIDO EM TRÊS EIXOS:

▶ **ENTENDENDO A LEI 11.000/2004**

Análise da construção e da aplicação atual do PCCV.

▶ **CONQUISTAS E INCORPORAÇÕES**

De 2004 para cá, a luta dos servidores garantiu diversos avanços para a categoria, alterando a Lei 11.000. Quais foram eles?

▶ **NOVOS HORIZONTES**

O que os municipais querem para o futuro? Formulação de propostas para o novo Planão.

**COLETIVO.** Aposentados devem definir pautas e temas

### Dia das Mães é tema de próximo encontro

Por Pedro Carrano

▶ Reunido no dia 28 de abril, o coletivo dos aposentados apontou que a base de sindicalizados deve definir conjuntamente o processo de trabalho do Coletivo dos Aposentados, pensar os temas e as pautas abordadas no coletivo. Dessa maneira, formando um calendário de debates em formações organizadas para cada encontro. “Vamos construir de um encontro do coletivo para outro o que teremos como pauta, contando com a participação de todos os aposentados”, afirma Nathel Cardoso, da coordenação do Sismuc. Na ocasião, o coletivo abordou também a importância da vacinação contra a gripe H1N1 neste período de inverno, com o indicativo para que os servidores procurem a vacinação nos postos credenciados. Também foi abordado o Dia das Mães (8 de Maio), quando haverá comemoração no próximo coletivo. ▲

**FCC.** Sismuc cobra na Câmara itens que faltam no Plano de Carreira

## Entidade busca linha de comunicação entre servidores da FCC, Sismuc e gestão

Por Pedro Carrano

▶ O Plano de Carreira da Fundação Cultural de Curitiba segue sem tabela, sem estudos de impacto financeiro e sem prazo para implantação após aprovação na Câmara. Neste momento, o Projeto de Lei Ordinária número 005.00035.2016 tramita na Comissão de Legislação, Justiça e Redação. A direção do Sismuc foi, na manhã do dia 27 de abril, à Câmara e conversou com Julieta Reis, presidente da Comissão de Serviços Públicos, para que seja aberta uma linha de comunicação entre todos os interessados – servidores da FCC, Sismuc e gestão, “Como forma de finalmente resol-

ver este impasse”, afirma Casturina Berquó, da coordenação do Sismuc. De acordo com ela, a vereadora comprometeu-se a, assim que tiver contato com o projeto, fazer o chamado para discussão. O sindicato preocupa-se com o prazo para discussão das pautas e dos Planos de Carreiras, devido à pressão do calendário eleitoral. “Tivemos uma reunião com o Recursos Humanos sobre a questão dos prazos eleitorais, que nos afetam diretamente. A visão da Prefeitura é de que não pode tratar de pauta com impacto financeiro. A reunião que iria debater isso foi adiada e vamos cobrar novo agendamento”, aponta Adriana Kalckmann, da coordenação do Sismuc. ▲

# na pauta

## Trabalhadores não aceitarão renúncia de Dilma nem novas eleições

► “Não aceitaremos qualquer governo que não seja o da presidente eleita com 54 milhões de votos”. O recado foi dado pela presidente da CUT-sc, Anna Júlia Rodrigues durante abertura do II Congresso Extraordinário da Confetam, realizada no auditório da Escola Sindical Sul, em Florianópolis. Anna Júlia rechaçou a proposta de renúncia de Dilma Rousseff para que sejam convocadas novas eleições e preservados os direitos políticos da presidente, que pode ficar inelegível por oito anos se o impeachment passar no Congresso Nacional. “Qualquer eleição agora é legitimar o golpe”, argumentou.

## 80 bilhões

► É o valor que deve deixar de ser repassado ao SUS com a PEC 143/2015, proposta pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC).

## Estudantes paulistas protestam contra desvios na merenda

► Os estudantes secundaristas protestam contra a falta de merenda e denúncias de corrupção nos contratos da alimentação escolar no governo Geraldo Alckmin (PSDB). Os jovens se recusam a deixar as ocupações pelo estado, como a escola Fernão Dias, símbolo de resistência contra o fechamento de escolas em 2015.

Para Alckmin, as ocupações são seletivas. “A escola Fernão Dias não tem nenhuma falta de merenda. Quando foram iniciadas as Etecs, não tinha previsão de merenda ser oferecida, mas nós resolvemos fazê-la. Atualmente são poucas que não têm”, se defendeu.

Os protestos alertam a opinião pública sobre a ausência de medidas concretas contra os acusados de corrupção no sistema de merenda escolar, envolvendo o presidente da Assembleia Legislativa, Fernando Capez (PSDB).



Rovena Rosa | Agência Brasil

## No Paraná, escola também estão sem merenda

► Pelo menos 2,1 mil escolas estaduais estão sem verbas para merenda desde fevereiro de 2016. O problema se deve ao fim de licitação que entregava alimentos nas escolas. De acordo com a APP-Sindicato, a falta de merenda atinge quase toda a rede. “As escolas estão usando ainda a cota de merenda do ano passado. Então, os produtos estão acabando”, revela Walkíria Olegário Mazeto, da APP.

**“A bomba não é aqui dentro. Então, vamos votar”**

**Ademar Traiano,**  
em 29 de abril de 2015, no dia do Massacre dos servidores



Pedro de Oliveira | Alep

**NAS RUAS.** Anúncio foi feito no 1º de maio

## Dilma anuncia correção do IR e aumento em programas sociais



Agência Brasil

Em ato da CUT, governador de SP é lembrando pelos desvios na merenda

Por Vanessa Ramos e Luiz Carvalho

► Diante de 100 mil pessoas que participam do 1º de Maio da CUT, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a elevação de recursos para programas sociais e garantiu que novas conquistas virão se o impeachment não se concretizar.

O pacote da presidenta inclui o reajuste do programa Bolsa Família que deve elevar o benefício em 9% e lembrou que a proposta já estava prevista desde agosto de 2015. Dilma anunciou também a correção da tabela do Imposto de Renda para pessoa física em 5%, a partir do ano que vem, uma história reivindicada da CUT, de outras centrais e movimentos sociais.

A presidenta também divulgou a contratação de mais 25 mil moradias para o programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, a criação de um conselho nacional tripartite do trabalho, que incluirá organizações sindicais, e a ampliação da licença-paternidade, de cinco para 20 dias, aos servidores públicos federais.

“Essa é uma forma de incentivar os ho-

mens a ajudarem as mulheres no cuidado com os filhos”, disse, a explicar a medida.

Dilma afirmou ainda que lança em maio o 3º Plano Safra da Agricultura Familiar, que garante o financiamento à produção e à aquisição de alimentos.

Temer é riscos aos trabalhadores

A agenda perdidora das últimas eleições quer o fim da política de valorização do salário mínimo, do vínculo das aposentadorias com essas medidas e a transformação da CLT em letra morta.

“Eles propõem que o negociado possa vigor sobre a lei, que o negociado possa ser menos que a lei. Nós acreditamos, porém, que o negociado pode prevalecer desde que ele seja mais do que a lei. Eles querem menos, nós, mais”, destacou a presidenta no evento da CUT.

Além disso, a proposta de Michel Temer (atual vice-presidente e um dos articuladores do golpe) inclui uma ampla esfera de privatizações. “Nós temos uma situação que os programas sociais são olhados como responsáveis pelo desequilíbrio do país. É mentira. O desequilíbrio do país é a necessária reforma tributária.” ▲

**29 DE ABRIL.** Vista assim do alto, mais parece o céu no chão

## Multidão de 25 mil pessoas recorda massacre no Paraná

Por Gibran Mendes

► Vista assim do alto, mais parece o céu no chão. O verso emblemático refere-se, originalmente, à escola de samba da Mangueira. Mas poderia muito bem ser aplicado para a multidão de 25 mil pessoas que marchava pelas ruas de Curitiba. Do alto do caminhão de som, mesmo políticos e lideranças dos movimentos sociais mais experientes, olhavam com admiração para a massa que participava de um ato em memória ao dia 29 de abril de 2015. Nesta data centenas de pessoas ficaram feridas, a maior parte servidores públicos do Paraná que protestavam contra um projeto de lei que era votado na Assembleia Legislativa cujo objetivo era o confisco de suas aposentadorias.

“Muitos (parlamentares) sabiam o que estava acontecendo e preferiram continuar sentados, tomando água, café e votando como se estivessemos em um hotel de luxo. Como se nada estivesse acontecendo lá fora”, relata do deputado estadual Tadeu Veneri (PT). Para ele, a imagem que retrata sua experiência naquele dia é a omissão de parte dos 54 deputados que compõem o legislativo paranaense. ▲

**LEIA TUDO**

# AGENDA



**Maio**

- 04** **Comissão Saúde do Trabalhador** Horário: 14:00 Local: Sismuc
- Coletivo Trabalhadores escola** Horário: 19:00 Local: Sismuc
- 06** **(Transições Saúde) Resultado final** Local: Portal RH24h  
Contemplados terão acesso ao resultado final
- 07** **Seminário do Planão** Horário: 14:00 Local: Sismuc 2º andar  
(Revisão Lei 11.000) - Certificado de 4 horas
- 11** **Conselho Municipal Saúde** Horário: 14:00 Local: Sismuc 2º andar
- 13** **Lançamento livro: Batel Os avanços da Administração Pública** Horário: 19:00 Local: Shopping Pátio 2016
- 14** **Formação em comunicação sindical** Horário: 9:30 Local: Sismuc
- 19** **Mesa negociação geral PMC** Horário: 14:30 Local: Sismuc

**BASTA.** Servidores públicos e profissionais que atendem à população são, com frequência, alvos de agressão física ou moral



## Agressão a servidor é crime!

Por Imprensa Sismuc

**E**m geral, o motivo é a falta de qualidade no atendimento, resultado das más condições de trabalho. Profissionais com uma rotina precarizada e sem os recursos ideais, tal como a presença de mais servidores contratados por concurso público para desafogar o sistema.

Agressão a servidor é crime. Se isso acontecer com você, avise imediatamente a chefia e o Sismuc para adotar as devidas providências.

Registre um Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT). Faça um boletim de ocorrência na delegacia mais próxima - isso já

pode gerar uma ação criminal. Você pode processar o agressor por danos morais e até materiais, se for o caso, no juizado especial cível, pedindo indenização. Se estiver inapto para o trabalho ou precisar de repouso, o médico que te atender pode conceder uma Licença para Tratamento de Saúde (LTS).

Denuncie as condições de trabalho e prestação de serviços ao Ministério Público Estadual (MP-PR). E, por fim, se o dano decorreu de ação ou omissão do município, pode processar também a Prefeitura de Curitiba.

Para saber mais ou se está com alguma dificuldade na prática de sua função, entre em contato com o Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba (Sismuc). ▲

### SINOPSE

## Nise - O Coração da Loucura

Por Phil Batiuk

**N**ise da Silveira, psiquiatra alagoana e aluna de Carl Jung, foi pioneira na luta contra as torturas e práticas manicomial, na Luta Antimanicomial e na Reforma Psiquiátrica. Formada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, Nise foi presa pela polícia política de Getúlio Vargas em meados de 1930 por ter uma visão humanista do mundo.

Em liberdade, começou a trabalhar, em 1944, no Hospital Dom Pedro II, antigo Centro Psiquiátrico Nacional, no subúrbio do Rio de Janeiro. Contrária a práticas psiquiátricas similares à tortura, Nise deu início ao processo de humanização de pessoas com transtornos mentais. Seus colegas de trabalho a isolam e ela assume o abandonado setor de Terapia Ocupacional, onde dá início a uma nova forma de lidar com os pacientes. ▲



### SERVIÇO

▶ **DATA DE LANÇAMENTO:** 21 de abril de 2016 (Brasil)

▶ **DIREÇÃO:** Roberto Berliner

▶ **PRODUÇÃO:**

Lorena Bondarovsky e Rodrigo Letier

▶ **PRÊMIOS:** Melhor filme e melhor atriz no Festival de Tóquio; Escolhido pelo público do Festival do Rio como melhor longa de ficção; Melhor filme no Cine Fest Brasil

**ágora #6**  
A REVISTA DOS TRABALHADORES

**EM MAIO...**

**CUIDAR E AMAR**

O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM VALORIZA A VIDA, A DIGNIDADE E OS DIREITOS HUMANOS EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES. A CATEGORIA DESFRUTA DE RESPEITO DA POPULAÇÃO APESAR DOS DESAFIOS DO COTIDIANO

**SISMUC**